Protecção em Portugal de marcas registadas
no Bureau International de Berne

Em conformidade do artigo 4.º do decreto de 1 de março de 1901 e por despacho de 28 de março de 1911, foi concedida a protecção em Portugal ás marcas registadas em Berne com os n.ºs 9:488 a 9:503 e 9:505 a 9:508, cujos avisos para reclamações foram publicados no *Diário do Governo* n.ºs 162 a 164, de 26 a 28 de julho de 1910.

Direcção Geral do Commercio e Industria, em 1 de abril de 1911.—O Director Geral, *E. Madeira Pinto*.

2.ª Secção

Patentes de invenção

Aviso de pedidos

Em cumprimento do disposto no artigo 18.º do regulamento para a execução do serviço da propriedade industrial de 28 de março de 1895, e para conhecimento dos interessados, se annuncia que, nas datas abaixo mencionadas, foram entrada na Repartição da Propriedade Industrial os pedidos seguintes de patentes de invenção:

N.º 7:703.

Fried. Krupp Aktiengesellschaft, com séde em Essen, Alemanha, requereu, pelas doze horas e meia da tarde do dia 18 de março de 1911, patente de invenção para: «Peça de artilharia com recuo de bocca de fogo sobre o reparo, com recuo uniformemente longo», reivindicando o seguinte:

«Uma peça de artilharia com recuo da bocca de fogo sobre o reparo, com recuo uniformemente longo, dotada de um freio cuja parte ligada á bocca de fogo acaba á frente da superfície posterior da culatra da bocca de fogo, caracterizada pelo facto dos munhões horizontaes estarem collocados na parte posterior (para o lado da culatra da bocca de fogo) mas apenas até ao ponto da parte da bocca de fogo, situada por detrás d'elles, contribuir, ainda, de um modo essencial, para o equilibrio do systema oscillante em torno dos munhões horizontaes e do complemento de equilibrio do systema ser obtido por uma culatra reforçada além das dimensões normaes e por um berço prolongado para lá da culatra da bocca de fogo que está na posição de tiro».

N.º 7:704.

Paul Litwin, director, residente em Berlim, requereu, pelas doze horas e meia da tarde do dia 22 de março de 1911, patente de invenção para: «Disposição que permite a tecelagem simultanea, no mesmo tear, de muitas peças de fazenda», reivindicando o seguinte:

«1.º Disposição que permite a tecelagem simultanea, no mesmo tear, de muitas peças constituídas por tecidos com a mesma largura ou da mesma natureza, ou por tecidos de naturezas ou larguras diferentes, caracterizada pelo facto da lançadeira inferior servir de suporte ás outras lançadeiras que assentam directamente n'ella, tanto no caixote como durante o percurso, deslizando esta lançadeira inferior na parte correspondente do bateado que a guia, e estando todas as lançadeiras, com este fim, sobrepostas n'um unico caixote, sem nenhuma parede de separação guia; estando os fios dos fios, na posição não activa, dispostos em planos paralelos, de modo que os fios de toia, que podem assim ser esticados á vontade e independentemente uns dos outros, não podem nunca oppor-se ao trajecto directo e normal das lançadeiras e, mais particularmente, ao da lançadeira inferior;

2.º Applicaçãõ a qualquer tear ordinario da disposição reivindicada em 1.º.

N.º 7:705.

Charles Crisp, subdito britannico, proprietario, residente em Londres, Inglaterra, requereu pela uma hora da tarde do dia 22 de março de 1911, patente de invenção para: «Aperfeiçoamentos na fundição de tipos e trabalhos congêneres, ou que a elles dizem respeito», reivindicando o seguinte:

«1.º Em trabalhos de fundição de tipos, uma machina na qual rodas nas quaes ha matrizes, discos, ou semelhantes, são adaptadas para serem manobradas successivamente, e são susceptíveis de andamento angular em umá ou outra direcção, para os fins especificados na memoria.

2.º Uma machina de fundir tipos, provida de esperas adaptadas para funcionarem de uma maneira que as torna aptas para serem salientadas, a varias distancias, relativamente a esperas que ha nas rodas que levam as matrizes, para os fins na memoria especificados.

3.º Uma machina para a fundição de tipos, conforme a descripção d'ella feita na memoria, provida de meios adaptados para actuarem por fricção relativamente ás rodas porta-matrizes, de que resulta ser o movimento angular d'estas sustido, quando se trata de as chegar á posição de imprimir, para os fins especificados na memoria.

4.º Em uma machina de fundir tipos, um artificio de reunir, por meio do qual os orgãos que levam as matrizes são devolvidos á sua posição normal, para os fins especificados na memoria.

5.º Em uma machina de fundir tipos, um artificio do feito de grelha por meio do qual as esperas, já mencionadas, são descidas para as trazer ás suas posições normaes, sendo as ditas esperas montadas n'um artificio do tipo de sector, para os fins na memoria especificados.

6.º Em uma machina de fundir tipos, o emprego do machinismo de mudança de tecla por meio do qual a direcção do andamento das rodas que levam as matrizes, os discos, ou semelhantes, é invertida, para os fins especificados na memoria.

7.º Em uma machina de fundir tipos, os meios na memoria descritos para a manobra da viatura e para fazer a regressar á sua posição inicial, para os fins na mesma memoria especificados.

8.º Em uma machina de fundir tipos, um artificio da natureza de ponte, adaptado para receber e reter os orgãos que levam as matrizes nas suas posições iniciais depois da fundição effectuada, em substancia como na memoria está descrito e para os fins n'ella especificados.

9.º Em uma machina de fundir tipos, o emprego juntamente com os meios de dar movimento aos artificioes que levam as matrizes, de um escape de linguete duplo, em substancia como na memoria está descrito e para os fins n'ella especificados.

10.º Uma machina de fundir tipos, que tem os orgãos construídos, dispostos e adaptados para funcionar, em substancia como na memoria está descrito com referencin aos desenhos, para os fins na mesma memoria especificados».

N.º 7:706.

Bernhard Sucker, proprietario, residente em Weichau, perto de Freyistadt, Alemanha, requereu pelas tres horas da tarde do dia 22 de março de 1911, patente de invenção para: «Disposição nas carruagens de caminhos de ferro para indicar ao publico o lado por que deve descer», declarando ser de sua concepção o seguinte, que reivindicava:

«Disposição nas carruagens de caminhos de ferro, para indicar ao publico o lado por que deve descer, caracterizada pelo facto de haver na carruagem uma taboleta *i* com a inscripção indicando o lado da sahida a qual gira por meio de um tirante e ou outro qualquer mecanismo accionado por uma cruz *a* montada debaixo da carruagem, quando choca n'uma estaca saliente *m* collocada nas estações entre os rails de maneira tal que apparece a inscripção quando o comboio entra na estação e desaparece novamente quando elle torna a partir, chamando ao mesmo tempo a attenção do publico para a taboleta por meio de um toque de campainha *n*».

N.º 7:707.

Gastanheiro, Limitada, commerciantes, estabelecidos em Lisboa, requereram pelas tres horas e meia da tarde do dia 23 de março de 1911, patente de invenção para: «Apparelho annunciador continuo», declarando ser de sua concepção o seguinte, que reivindicam:

«1.º Apparelho annunciador continuo, caracterizado por ser constituído por uma caixa, contendo um numero impar de cylindros, movidos por meio de um motor electrico, e que permitem o movimento de uma tela continua, que passa por todos esses cylindros, a qual é destinada a conter varios annuncios, fazendas, papeis pintados, etc.

2.º O apparelho reivindicado em 1, caracterizado por conter uma mostra que permite uma exposição successiva, e que se pode illuminar de noite por meio de accumuladores que se acham contidos no proprio apparelho.

3.º O apparelho reivindicado em 1 e 2, tal como descrito e representado no desenho».

N.º 7:708.

Jean Fleux, engenheiro, residente em Harfleur, França, requereu, pela uma hora e meia da tarde do dia 24 de março de 1911, patente de invenção para: «Transmissão gyroskopica», declarando ser de sua concepção o seguinte, que reivindica:

«1.º Uma transmissão gyroskopica, comportando o emprego de um gyroscopto para assegurar uma ligação entre uma arvore motora e uma arvore receptora, por meio de uma arvore intermediaria, que pode ser sujeita por um travão energico para obter a debrayage, ao passo que o arrasto se faz por meio de engrenagens que são solidarias uma com a arvore intermediaria e a outra com a arvore receptora, em condições taes que, em caso de resistencia anormal, a arvore receptora possa parar completamente sem interromper a rotação da arvore motora que gira então no vazio, e que a embayage se produza de novo automaticamente, quando desaparece esta resistencia;

2.º A disposição de engrenagens duplas sobre a arvore intermediaria e sobre a arvore receptora, de maneira a fazer variar o sentido de rotação d'esta ultima, não havendo mudança do sentido de rotação da arvore de governo;

3.º A mudança de velocidade do volante gyroskopico ou a variação da inclinação do eixo do gyroscopto em relação ao eixo motor, com o fim de obter entre certos limites uma mudança de velocidade progressiva;

4.º Uma variante de construcção do dispositivo de transmissão gyroskopica, acima reivindicado, e diversos meios praticos que permitem obter com esta transmissão o movimento continuo, o movimento alternado e a regulação do conjuzamento maximo de arrasto da arvore receptora, como especialmente está demonstrado nas figuras 5 a 8.»

N.º 7:709.

Jules Meurant, chimico, residente em Liège, requereu, pela uma hora e meia da tarde do dia 24 de março de 1911, patente de invenção para: «Processo de fabrico de tintas a oleo», declarando ser de sua concepção o seguinte, que reivindica:

«Processo de fabrico de tintas em esmalte ou a oleo, e do linoleo caracterizado pelo emprego de compostos solúveis empregados como catalysadores ou agentes de fusão.»

N.º 7:710.

Whitehead & Co, fabricante de torpedos, com sédo em Fiume, Hungria, requereram, pelas tres horas da tarde do dia 24 de março de 1911, patente de invenção para: «Disposição de commando do volante de um gyroscopto para torpedos automoveis», declarando ser de sua concepção o seguinte, que reivindica:

«Uma disposição de commando do volante d'um gyroscopto de torpedo automovel, por meio d'um jacto de fluido motor admittido por duas tubearas diametralmente oppostas, caracterizada pelo facto de cada uma das duas tubearas estar dividida em duas partes, uma das quaes *a* está montada no eixo *b* ou *c* do anel vertical do gyroscopto, e ligada aos orgãos de admissão de fluido motor, ao passo que a outra *f* está montada no proprio anel vertical, a fim de poder deslocar-se em relação á primeira parte *a*».

Da data da publicação do terceiro aviso começa a contar-se o prazo de tres meses para reclamações de quem se julgar prejudicado pelas patentes pedidas.

Direcção Geral do Commercio e Industria, em 25 de março de 1911.—O Director Geral, *F. Madeira Pinto*.

Direcção Geral das Obras Publicas e Minas
Repartição de Minas

1.ª Secção

Faço saber, como Presidente do Governo Provisorio da Republica Portuguesa, aos que este alvará virem, que, tendo-me sido presente o requerimento em que Antonio Fernandes Palma, Narciso da Silva Ribeiro e Alfredo José Pires (Visconde de Nova Java), constituídos em sociedade, pedem a concessão da mina de cobre da Herdade do Passo de Camões, situada na freguesia de S. Bento do Mato, concelho e districto de Evora;

Considerando que os requerentes obtiveram os direitos de descobrimento legal d'esta mina, em portaria de 28 de julho de 1910 e foram satisfeitos todos os preceitos da lei e regulamento de minas;

Vista a consulta do Conselho Superior de Obras Publicas e Minas:

Hei por bem, conformando-me com a mencionada consulta, conceder, por tempo illimitado, a Antonio Fernandes Palma, Narciso da Silva Ribeiro e Alfredo José Pires (Visconde de Nova Java), constituídos em sociedade, a propriedade da mina de cobre da Herdade do Passo de Camões, situada na freguesia de S. Bento do Mato, concelho e districto de Evora, com a demarcação indicada na citada portaria de 28 de julho de 1910.

Em virtude da presente concessão os concessionarios ficam obrigados a todos os preceitos consignados no decreto com força de lei de 30 de setembro de 1892, e especialmente aos seguintes:

1.º Executar os trabalhos de lavra segundo as regras da arte, submettendo-se os concessionarios, director tecnico, empregados e trabalhadores ás regras de policia estabelecidas nos regulamentos;

2.º Responder pelos damnos e prejuizos que da lavra possam resultar a terceiro;

3.º Resarcir os damnos e prejuizos que possam sobrevir a terceiro do apparecimento de aguas dentro da mina, sua conducção para fora ou sua encorporação em rios, arroios ou desagudouros, quando se prove que ellas são nocivas;

4.º Pagar os damnos e prejuizos que causarem aos vizinhos pelas aguas accumuladas nos trabalhos, se não as esgotar quando para isso seja intimado;

5.º Dar principio aos trabalhos dentro de tres meses, a contar da data da publicação do alvará de concessão, salva a circumstancia de força maior, devidamente comprovada;

6.º Ter a mina em constante estado de lavra activa;

7.º Executar as providencias que lhe forem ordenadas e no prazo que lhe for marcado, para evitar a ruina dos trabalhos;

8.º Não fazer lavra ambiciosa que dificulte o ulterior aproveitamento do jazigo;

9.º Não suspender os trabalhos com intenção de os abandonar, sem dar parte ao governador civil, e sem os deixar em bom estado de segurança;

10.º Satisfazer aos impostos que as leis estabelecerem;

11.º Enviar ao Ministerio do Fomento, annualmente, relatório e plantas dos trabalhos executados no periodo anterior;

12.º Não admittir novo director tecnico, nem variar o plano da lavra, sem licença do Governo, ouvido o Conselho Superior de Obras Publicas e Minas;

13.º Estabelecer as obras necessarias para a segurança e salubridade das povoações e dos operarios;

14.º Executar as obras necessarias para evitar o extravio das aguas de regas;

15.º Extrahir do solo somente as substancias uteis, indicadas neste alvará, e as que com ellas se acharem associadas;

16.º Não admittir, nos trabalhos subterraneos, menores até a idade de quatorze annos;

17.º Comunicar immediatamente á autoridade administrativa da respectiva localidade e á Repartição de Minas qualquer desastre que se dê nos trabalhos superficiaes ou subterraneos, a fim de que se possam averiguar as causas a que sejam devidos;

18.º Apresentar o plano de lavra dentro do prazo de doze meses, a contar da publicação do presente alvará, conforme é determinado pelo artigo 38.º do decreto com força de lei de 30 de setembro de 1892.

Determina-se portanto que todas as autoridades, a quem o conhecimento e a execução do presente alvará pertencer, o cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nelle se contém.

Não pagou direitos de mercê por os não dever. E, por firmeza do que dito é, este vae por mim assinado e sellado com o sellô da Republica Portuguesa e com o da verba.

Dado nos Paços do Governo da Republica, em 28 de março de 1911.—*Joaquim Theophilo Braga*—*Manuel de Brito Camacho*.

(Logar do sellô da Republica Portuguesa).

Alvará concedendo por tempo illimitado a Antonio Fernandes Palma, Narciso da Silva Ribeiro e Alfredo José Pires (Visconde de Nova Java), constituídos em sociedade, a propriedade da mina de cobre da Herdade do Passo de Camões, situada na freguesia de S. Bento do Mato, concelho e districto de Evora, pela forma e com as prescrições retro declaradas.

Passou-se por despacho de 15 de fevereiro do corrente anno.

Receita Eventual do 2.º Bairro de Lisboa. Entrado em 16 de março de 1911.

Tem a pagar 10\$000 réis.

Repartição de Eazenda do 2.º bairro de Lisboa.—Lancada sob o n.º 7:230, em 16 de março de 1911.—Pelq Escrivão de Fazenda, *Andrade*.

Recebedoria do 2.º bairro de Lisboa.—Receita Eventual.—Pagou.—Receita n.º 7:064, em 16 de março de 1911.—Pelo Recebedor, *F. R. Delgado*.

Pagou na Recebedoria do 2.º bairro de Lisboa, 24\$066 réis de emolumentos e additionaes, verba n.º 7:229, dada de 16 de março de 1911.

2.ª Repartição da Direcção Geral das Contribuições e Impostos, em 29 de março de 1911.—(Logar do sellô branco da Inspeção Geral dos Impostos).—O Chefe, *José Borges de Faria*.

Emygdio Cardoso o fez.